

Data : 23 de outubro de 2008.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de cessão de box, situado no armazém cedido ao cedente pela União Federal, nos termos da Portaria n° 438, de 01/08/94, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a empresa **START PLÁSTICO – INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – ME**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar, nos termos do Decreto n° 2.538/2008, de 09/10/2008, publicado na Folha de Andirá de 10/10/2008, contrato de cessão do Box n° 03-b, com área construída de 576,00 m² (quinhentos e setenta e seis metros quadrados), e 28,00 m² (vinte e oito metros quadrados) de área descoberta, totalizando uma área de 604,00 m² (seiscentos e quatro metros quadrados), situado na Av. Edelina Meneghel Rando n° 02, nesta cidade, no armazém, onde funcionava o IBC, cedido ao cedente pela União Federal, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria n° 438, de 01/08/94, do Ministro da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a empresa **START PLÁSTICO – INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 04.435.938/0001-95, com sede nesta cidade de Bandeirantes(PR), pelo prazo de 20 (vinte) anos, sem quaisquer ônus.

Art. 2º - O box a que se refere o artigo anterior, destina-se às atividades de fabricação de embalagens de material plástico, que gera cerca de 04 (quatro) empregos.

Parágrafo Único – A cessionária se obriga a manter durante o contrato de cessão do box, 04 (quatro) empregos diretos, sob pena de considerar-se rescindido de pleno direito o referido contrato.

Art. 3º - Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, objetivando o box mencionado no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Ocorrendo a rescisão da cessão, sob regime de aforamento, pela União Federal, conseqüentemente a retomada total do imóvel, a presente cessão pelo Município tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito à empresa cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas.

Art. 5º - Os direitos e obrigações aqui mencionadas não excluem os outros explícitas ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2008.

José Fernandes da Silva  
Prefeito Municipal